

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DO PLANTEQ PARA AS
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: um estudo de caso da Fundação Reverendo
Ageu Lídio Pinto.**

Thayse Batista do Egito

Campina Grande – PB

2014

THAYSE BATISTA DO EGITO

**A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DO PLANTEQ PARA AS
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: um estudo de caso da Fundação Reverendo
Ageu Lídio Pinto.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de Ciências
Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial a obtenção do grau de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Msc. Karla Roberta Castro Pinheiro
Alves

Campina Grande – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

E29d Egito, Thayse Batista do

A destinação dos recursos advindos do PLANTEQ para as entidades do terceiro setor [manuscrito] : um estudo de caso da Fundação Reverendo Ageu Lídio Pinto / Thayse Batista Do Egito. - 2014.

20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves, Departamento de Contabilidade".

1. Terceiro Setor. 2. Fundações. 3. Programas governamentais. I. Título.

21. ed. CDD 658.048

THAYSE BATISTA DO EGITO

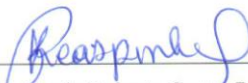
A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DO PLANTEQ PARA AS
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: um estudo de caso da Fundação Reverendo
Ageu Lídio Pinto

Este trabalho de conclusão de curso –TCC foi julgada adequada para a obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovada em sua forma final.



Professor Msc. José Elimilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



Professora Msc. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Orientadora



Professora Msc. Eliedna de Sousa Barbosa
Membro



Professora Esp. Vânia Vilma Nunes Teixeira
Membro

Campina Grande – PB, 17 de Julho de 2014.

RESUMO

EGITO, Thayse Batista do. **A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DO PLANTEQ PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: um estudo de caso da Fundação Reverendo Ageu Lídio Pinto**. 2014. 18p. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

A relação entre os governos estadual e federal com as Fundações Privadas precisa ser analisada e debatida com o objetivo de verificar como são convertidos os recursos para a sociedade. Compreender como se configuram as parcerias firmadas é fundamental. O presente estudo busca contribuir para o entendimento dessa problemática. Para tanto, a pesquisa focalizou o estudo nas parcerias firmadas entre o programa de governo o Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ) com a Fundação Reverendo Ageu Lídio Pinto (FALP) da cidade de Campina Grande com o objetivo de mostrar a contribuição que a fundação FALP oferece a sociedade, ao transformar e reverter os recursos oriundos de programa federal, mais precisamente o PLANTEQ. Como metodologia adotada na pesquisa, trata-se de uma pesquisa de característica descritiva, exploratória e aplicado um questionário semi estruturada responder ao objetivo proposto. Após ter analisado as informações obtidas da fundação em análise, notou-se que o estudo indicou que a parceria estudada contribui significativamente para qualificação profissional por meios de cursos em diversas cidades paraibanas, além de contribuir socialmente com a inclusão de parte do alunado no mercado de trabalho. A pesquisa deparou-se com algumas limitações, nas quais se baseia as sugestões: um maior estudo voltado para as entidades do terceiro setor e suas parcerias com programas governamentais.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Fundações. Programas governamentais.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, é evidente o crescimento das entidades de terceiro setor o qual vem expressando cada vez mais a sua importância perante a sociedade. No Brasil segundo Tachizawa (2007, p.21) “estima-se que o número de entidades que compõem o Terceiro Setor seja superior a 540 mil, incluindo ONGs, fundações, associações civis e unidades assistenciais”. O seu desenvolvimento é caracterizado por uma união entre essas entidades, aliadas ao forte desejo de promover o bem comum a sociedade. Por meio da pesquisa da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), realizada conjuntamente com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), verificou-se que em 2010, do total das entidades do terceiro setor no Brasil, cerca de 22,9% concentravam-se na região Nordeste e destes, 1,9% encontra-se na Paraíba.

Existem diversos tipos de denominações, com características distintas sobre o terceiro setor no Brasil. De acordo com Ioschpe (2000, p.41) Terceiro Setor “se trata de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósito de interesse público”.

De um modo geral, essas entidades necessitam de fontes de recursos que auxiliam na sua gestão e no desenvolvimento de suas atividades, portanto é necessário ter conhecimento de meios que possam garantir a sua existência. As principais maneiras de obter recursos são através de doações de pessoas físicas e de empresas privadas, de subvenções do Governo ou através de programas que financiam suas atividades como o Plano Territorial de Qualificação-Planteq, que oferece subsídios para a realizações de cursos profissionalizantes para a sociedade, através de parcerias com entidades do terceiro setor, principalmente as fundações.

Szazi, Eduardo (2006, p.37) define fundação como “um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire uma personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”.

Diante dessas considerações, o presente artigo apresenta a seguinte problemática: Como os recursos advindos do programa de Governo, junto com o Ministério do Trabalho, o Plano Territorial de Qualificação- PLANTEQ, estão sendo convertidos para a sociedade por meio da Fundação Ageu Lídio Pinto (FALP)?

Dessa maneira, o objetivo geral do presente trabalho é mostrar a contribuição que a fundação FALP oferece a sociedade, ao transformar e reverter os recursos oriundos de programa federal, mais precisamente o PLANTEQ.

Para a realização do objetivo geral, foi estabelecido os seguintes objetivos específicos:

- Definir o Terceiro setor e caracterizá-lo;
- Descrever o programa de Governo PLANTEQ;
- Conceituar sobre as fundações;
- Apresentar o estudo de caso da Fundação Ageu Lídio Pinto (FALP).

O trabalho justifica-se em evidenciar a Fundação, como umas das entidades do Terceiro Setor, mostrando a sua relevância perante a sociedade como uma entidade cujo o seu principal produto é a transformação do ser humano. Dessa maneira nasce a necessidade de obter recursos financeiros para a sua manutenção, através dela poderão gerir com mais eficiência as suas atividades, contribuindo assim para a realização de seus objetivos. De acordo com o estudo de Humberto, Matias publicado no Encontro ANPAD, 2011, que teve como objetivo verificar até que ponto as informações divulgadas pelas entidades do terceiro

setor no Brasil permitem encontrar fatores quanto à eficiência em alocar recursos aos programas, à estabilidade financeira, à quantidade de informações disponibilizadas e ao nível de reputação das organizações sem fins lucrativos. A base de dados utilizada se encontra no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs), gerenciado pelo Ministério da Justiça.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, seguida da revisão bibliográfica com o objetivo de dar maior embasamento ao estudo, na sequência a metodologia, as considerações finais, e por fim, o referencial teórico.

2REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

O surgimento de organizações sem fins lucrativos no Brasil data muito tempo e não se tem o dado exato de qual seja o início das primeiras organizações deste setor. De acordo com Carvalho (2006), em sua dissertação o mesmo apresenta quatro momentos relevantes na evolução histórica sobre o terceiro setor no Brasil. O primeiro período está situado entre a época de colonização até o século XX, caracterizadas pelas ações de assistência social, saúde e educação em formas de asilos, Santas Casas de Misericórdia, orfanatos realizados pela igreja Católica.

Com o plano de governo de Getúlio Vargas, o Estado passou a intervir cada vez mais na economia e na sociedade, e passou a contar com o auxílio das organizações filantrópicas para a implementação de políticas públicas. Neste período à Igreja continua tendo papel importante na prestação de serviços sociais, recebendo, em alguns casos, financiamentos do Estado para a execução de suas obras, é definido assim o segundo período do momento histórico. O terceiro momento é vivenciado no regime militar, onde muitas organizações filantrópicas e assistenciais se uniram para serem porta-voz dos problemas sociais. É neste período que surgem as organizações sem fins lucrativos ligadas com as causas sociais e com a contestação política. A partir de 1980, houve uma diminuição da intervenção do Estado, e as questões sociais e de cidadania passaram a ser o foco das organizações sem fins lucrativos, caracterizando assim o quarto momento da evolução histórica. A partir deste momento, o terceiro setor começa a crescer e a se tornar um grupo consolidado.

Diante deste contexto histórico, verifica-se a predominância de três setores distintos entre si, que existem na sociedade atuando cada um a seu modo, mas que procuram alcançar o

mesmo objetivo, o de crescer e de desenvolver a sociedade. O Primeiro Setor representa o Estado, o qual é responsável pela criação de normas reguladoras, pela administração e preservação de bens públicos como também pela prestação de serviços básicos para a sociedade, ou seja, é caracterizado pelas organizações públicas de interesse e finalidade pública. No segundo setor, é representado pelas empresas privadas, que atuam nas mais variadas atividades com o objetivo de obter lucro para seus sócios. A princípio, apenas o Primeiro e o Segundo Setor eram considerados na sociedade, conhecia-se apenas o que era público e privado.

O Estado, reconheceu a carência em alguns serviços básicos que deveria prestar a sociedade, diante dessa situação, evidenciou-se a necessidade de criar alternativas para atender a população em diversas áreas como saúde, educação, alimentação entre outros. Além de o Estado reconhecer essa deficiência, as empresas privadas, ou seja, o Segundo Setor, passou a se preocupar com o seu papel perante a sociedade e não para fins apenas econômico, verificando assim a necessidade de contribuir de alguma forma para a coletividade.

De acordo com Teixeira (2011), a doutrina ensina que o método encontrado para tentar solucionar os problemas sociais, foi que o Estado apoiasse a iniciativa privada para que esta desenvolvesse atividades de interesse social, não visando lucro e que o objeto principal era suprir as necessidades não atendidas pelo Primeiro Setor. Criou-se então o que se chama hoje de Terceiro Setor. As entidades sem fins lucrativos e pertencentes a este setor têm ganhado espaço, sendo visível a sua importância na soma das economias, nos quais almejam suprir as lacunas da ação do governo ou consolidar objetivos de solidariedade.

Na existência de uma nova temática, o Terceiro Setor tem se tornado evidente e passa a ganhar uma identidade no cenário econômico atual. Esse novo tema é utilizado para caracterizar um conjunto de associações ou sociedades privadas que atuam no país, sem obtenção de lucros, realizando atividades de utilidade pública, sendo geridos pela própria entidade e sem interferências externas. De caráter não compulsório, as entidades possuem adesão não obrigatória, ou seja, a participação é espontânea e voluntária de seus membros.

Como um dos pioneiros sobre o Terceiro Setor no Brasil, Fernandes (1997, p. 27) o define:

[...] é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, que dão continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandem o seu sentido para os domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Nos ensinamentos de Olak (2008, p.3), pertencer ao Terceiro Setor significa “participar de um terceiro segmento, além do Estado e do mercado”. De acordo com o autor Hudson (2004, p. XI), outra definição sobre o Terceiro Setor é dita:

Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

As organizações do Terceiro Setor se unem de acordo com seus objetivos sejam eles sociais, religiosos, filantrópicos, culturais ou artísticos, desenvolvendo um sistema organizado destinado a promover através de ações sociais, o bem comum para a sociedade. Dessa maneira, as organizações do setor, necessitam obter recursos provenientes dos governos, de pessoas jurídicas interessadas em colaborar com o social, de pessoas físicas e de receitas provenientes de atividades da própria entidade.

A Captação de recursos é uma grande problemática enfrentada pelas entidades do Terceiro Setor, a qual está sendo pressionadas cada vez mais a desenvolverem alternativas eficazes para alcançarem fontes de recursos para realizar suas atividades. De acordo com Barea (2008, p.31):

A captação de recursos financeiros pode ser definida como a necessidade de se buscar meios de suprir as necessidades de uma determinada entidade. No entanto, os recursos a serem utilizados nestas entidades, não tem a mesma função do capital utilizado pelas entidades privadas, sendo que nas mesmas o capital tem finalidade pura e simplesmente capitalista.

As formas de captação de recursos podem ser de diversas formas, de acordo com (CICCA, 2009), podem originar-se das empresas privadas ou públicas, de pessoas físicas, agências internacionais de financiamento, através do governo e por meio de venda de serviços e atividades realizados para promover a captação de recursos. De um modo geral, as principais fontes de recursos para entidades sem fins lucrativos provem de doações, subvenções, patrocínio, receita de vendas de produtos e serviços, entre outros.

Existem alguns organizadores que auxiliam as entidades a alcançarem seus recursos como: Agencia Brasileira de Cooperação –ABC, American Express do Brasil, Ashoka Brasil- Empreendedores Sociais, O Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ que será abordado no presente trabalho, entre outros.

Embora o Terceiro Setor não vise lucro, o mesmo depende dele para dar continuidade as atividades por eles realizadas. Portanto, quando denominamos uma entidade do Terceiro

Setor como “sem Fins Lucrativos”, não significa dizer que a entidade não terá lucro, mas que todo lucro auferido seja revertido para a realização das atividades que a organização oferece.

As entidades sem fins lucrativos são instituições formadas com o propósito de realizar as ações de caráter social, educacional, religiosos, filantrópicos e que não distribuem qualquer excedente que possa ser gerado aos seus membros. Juridicamente, as entidades sem fins lucrativos se enquadram no artigo 44 do Código Civil, de acordo com a Lei nº 10.406/02, onde agrupadas no Terceiro Setor sob a forma de Associações Cívicas, Fundações (Organizações Não Governamentais – ONGs), as organizações religiosas, entre outras.

Rodrigues (apud MONTE, 2004) utiliza outra forma para categorizar o Terceiro setor no Brasil que se fundamenta nas formas organizacionais são elas:

Quadro 1 – Principais Categorias do Terceiro Setor no Brasil

Associações	São organizações baseadas em contratos estabelecidos livremente entre os indivíduos para exercerem atividades comuns ou defenderem interesses comuns e mútuos. Podem-se constituir de atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas;
Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade unitárias e profissionais.	São organizações voltadas para seus clientes na promoção da assistência social e de serviços sociais nas áreas de saúde e de educação. O que diferencia essas organizações são seus valores intrínsecos de altruísmo, boa vontade e serviço a comunidade.
Organizações Não Governamentais (ONG's)	Assim como as associações, são comprometidas com a sociedade civil, com os movimentos sociais e a transformação social. Sua diferenciação reside por estarem raramente voltadas para os próprios membros, e sim para objetivos externos aos membros que as compõem. Diferenciam-se das organizações filantrópicas por abdicarem do caráter caritativo da sua ação, por partilharem da ideia de construção da autonomia, igualdade e participação dos grupos populares.
Fundações	Participam de uma categoria de conotação essencialmente jurídica. A possibilidade de criação de uma fundação dá-se, segundo o Código Civil Brasileiro, pelo instituidor, que, mediante uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado.
Organizações Sociais (OS):	Dizem respeito a uma organização pública não estatal, destinado a absorver atividades publicitáveis mediante a qualificação específica, ou seja, é um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade.

Fonte: Rodrigues (apud Monte, 2004, p.20)

2.2 O PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO (PLANTEQ)

O Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ) faz parte de um acordo de cooperação financeira e técnica entre os governos federal e estadual que oferecem, gratuitamente, diversos cursos de formação inicial a pessoas vulneráveis economicamente e

socialmente, que possuem baixa escolaridade na qual estão sujeitas às mais diversas formas de discriminação social, como desempregados de longa duração, afrodescendentes, indiodescendentes, pessoas com deficiência e com mais de 40 anos de idade, conforme Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2012).

As ações do PLANTEQ visam contribuir com a promoção do direito dos trabalhadores à qualificação social e profissional, respeitando as especificidades locais e regionais, ao tempo em que estabelece uma articulação entre o trabalho, a educação e o desenvolvimento. As qualificações oferecidas são de torneiro mecânico, socorrista, artesanato, informática, corte costura, pedreiro, eletricista, pintor, bombeiro hidráulico e outros, sendo fornecidas de acordo com a necessidade de cada região.

Estas medidas são estabelecidas pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), mais especificamente pelo Plano Territorial de Qualificação Profissional (PlanTeQ), que são fixadas através de convênios com Governos Estaduais e Municipais nos municípios com mais de 300 mil habitantes, de acordo com Sinfrônio (2010, p.2).

O PNQ tem como objetivos de acordo com o Art. 2º da Resolução nº 333/2003 do CODEFAT, desenvolver uma melhor formação intelectual e cultural; contribuindo para que o trabalhador tenha uma maior chance de permanência no mercado de trabalho, diminuindo os riscos por demissão; melhoria dos serviços prestados, promovendo à inclusão social do trabalhador no mercado, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego, combate à discriminação entre outros, através da participação no processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. Tem como público alvo, trabalhadores sem ocupação, cadastrados em Agências do Trabalhador e e/ou beneficiário de alguma política de inclusão social.

Para realizar os objetivos do Programa na execução dos cursos profissionalizantes, o PlanTeQ formaliza contratos ou termos de parceria através das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social ou de Trabalho, Emprego e Renda, com o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) em consonância com entidades governamentais sem fins lucrativos, associações, ONG's, Fundações, todos pertencentes ao Terceiro Setor.

2.3 FUNDAÇÃO

Dentre as caracterizações das entidades do terceiro setor, destaca-se como objeto de estudo, a fundação. As fundações encontram-se delineadas no artigo 44 do Código civil entre as pessoas jurídicas de direito privado, ao lado das associações, das sociedades, das organizações religiosas e dos partidos políticos. Szazi (2006), define fundação como um patrimônio destinado a servir a uma causa de interesse público determinada, sem intuito de lucro e que adquire uma personalidade jurídica por iniciativa de seu instituidor. Podem ser criadas pelo Estado, quando se atribui uma natureza jurídica de direito público, ou por indivíduos ou empresas, quando adquirem natureza de direito privado.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/2002, artigo 62 e 66:

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

Possuem finalidades voltadas para a coletividade, não se admitindo dessa maneira, a criação de fundação com fins voltados para o interesse mútuo de seus instituidores ou dirigentes e ainda que impliquem no desenvolvimento de atividade empresarial, desnaturando-a. (Renó, 2005).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Minayo (1995, p.42 apud Neto 2007, p.105), “ a metodologia constitui-se como algo complexo que vai requerer maior cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”.

Dessa maneira, através da identificação da situação problema, a pesquisa quanto aos objetivos específicos foi classificada como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2002, p. 45) a pesquisa exploratória tem “ como objetivo proporcionar maior familiaridade como o problema”. No entendimento de Reis (2008, p.55):

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de qualquer pesquisa, que acontece quando o tema escolhido é pouco explorado e o pesquisador precisa incorporar

características inéditas e buscar novas abordagens. Ela é feita por levantamento bibliográfico, entrevistas, análises de exemplos sobre o tema estudado.

Utilizou-se uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo descrever a contribuição que a fundação FALP oferece a sociedade, ao transformar e reverter os recursos oriundos de programa federal, mais precisamente o PLANTEQ; a qual é definida por Oliveira (2003, p.65) como sendo uma pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

Quanto ao delineamento da pesquisa, que segundo Ponte (2007) “corresponde ao seu planejamento numa dimensão mais ampla. [...] é o procedimento utilizado na coleta de dados”. O presente artigo utiliza-se de um levantamento documental a qual está relacionado com a fonte primária da pesquisa, restringindo a documentos escritos e não escritos; e bibliográfico, pois foram analisadas fontes literárias como, revistas, artigos, periódicos, dissertações e outros documentos relacionados ao tema, utilizados na construção do referencial teórico acerca do Terceiro setor, das fontes de recursos utilizadas, especificadamente o Planteq e por fim no detalhamento sobre fundações. Cervo e Bervian (2002, p.48) afirmam que:

A pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

Como se trata de um estudo de caso realizado na Fundação Reverendo Ageu Lídio Pinto, situada na cidade de Campina Grande, afirma os autores Martins e Lintinz (2007, p.23) que:

Trata-se de uma técnica de pesquisa cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profundamente e intensamente. Considera a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma Comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

A pesquisa é considerada qualitativa de acordo com sua natureza, por adotar uma base científica para moldar a compreensão da pesquisa. De acordo com Araújo e Oliveira (1997, p.11) “se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, [...] focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.”

Após a escolha e delimitação do tema, definição dos objetivos, a formulação do problema, é iniciado a coleta dos dados. O presente trabalho utilizou a entrevista, aplicando um questionário semiestruturado com o diretor administrativo da FALP, como técnica para a obtenção dos dados. De acordo com Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma técnica bastante utilizadas pelos pesquisadores, sempre que os dados não são encontrados em registros e fontes documentais, podendo assim ser obtidos por meio de contatos pessoais.

4 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

A Fundação Reverendo Ageu Lídio Pinto, abreviadamente denominada FALP, foi instituída por decisão dos Membros da igreja Presbiteriana, no dia 25 de Novembro de 2001, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, por onde também recebe doações para a manutenção da mesma e para a execução de algumas atividades para a sociedade. Sua existência será por tempo indeterminado e só poderá ser instinto de acordo com o artigo 1204 do Código de Processo. É uma organização não governamental, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos que reger-se-á através de Estatuto, observadas as leis em vigor, sendo doravante denominada simplesmente Fundação.

Têm sede e foro na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 359, 4º andar, podendo atuar em todo território nacional. É instituidora da mesma a igreja Presbiteriana de Campina Grande, representada pelo Presidente do seu Conselho.

Sua finalidade é de gerar atividades socioculturais e beneficentes e destinar-se-á a promover o ser humano, nas suas dimensões físicas, intelectual, técnica, científica, econômica, social e espiritual, atuando principalmente nas áreas de saúde, educação, cultura e radiodifusão.

Atuando em diversas cidades da Paraíba, a fundação oferece curso em várias áreas profissionalizantes tais como: Artesanato, Manutenção de Microcomputadores, Eletricista, Pedreiro, Informática, Cabeleireiro, Costureiro Industrial, dentre outros.

Os recursos utilizados para a execução dessas atividades são através de recursos advindos do Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Através de material disponibilizado pela referida fundação e da entrevista semi estruturada com o diretor administrativo da mesma, foi possível obter os resultados a seguir apresentados.

Para a realização das suas atividades a fundação FALP necessita de recursos, estes advindo do governo. Há cerca de 10 anos a fundação obtém de recursos advindo do Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ). A forma para obter os recursos do programa, é através do envio anual de projetos técnico para a Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba, que passam por uma fase inicial de avaliação que leva em consideração sua importância, sua área de atuação e o seu orçamento. Posteriormente, caso seja aprovado o projeto, envia-se um segundo relatório, esse com mais detalhes, onde é exposto cada elemento necessário para execução do projeto como, materiais utilizados na execução dos cursos, entre outros, e que atenda as exigências do PLANTEQ.

O valor dos recursos que são repassados para a fundação, é determinado pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba que emite um parecer com todos os custos envolvidos para o Ministério do Trabalho, este por sua vez, repassa a quantia necessária para a Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba que será fornecido gradualmente para as fundações realizarem suas atividades. O valor fornecido é suficiente para a realização dos cursos visto que, é feito inicialmente um orçamento com todos os custos antes dos recursos serem enviados para a fundação.

Os cursos oferecidos pela Fundação FALP são de costureira industrial, mecânico, eletricitista industrial, Pedreiro, Computação, Técnico em refrigeração, Manutenção de microcomputadores, Cabeleireiro, dentre outros. Os cursos possuem uma carga horária de 200 horas/aula, sendo 4 horas diárias, resultando aproximadamente na duração de 2 meses. São disponibilizados 20 vagas por cursos para os alunos.

Os cursos são voltados para comunidades carentes, para alunos com baixa escolaridade e que não estão inseridos no mercado de trabalho. Os alunos não dispõem de nenhum recurso próprio para participarem dos cursos, ao contrário eles recebem ajuda de custo com transporte e alimentação. O acompanhamento e a fiscalização do andamento dos cursos e desempenho dos participantes, ficam a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, que recebe da Fundação informações semanais sobre a realização dos cursos, além de folhas de frequência do corpo discente.

As cidades beneficiadas para a realização dos cursos variam de acordo com cada projeto que é enviado anualmente, a Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba é quem define as cidades que serão realizadas. Atualmente as cidades que estão sendo

beneficiadas com os cursos oferecidos: Alhandra, Tavares, Cacimbas, Patos, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Souza, Aguiar, Diamantes, todas situadas no Estado da Paraíba.

A fundação Falp possui o compromisso de encaminhar cerca 30% dos seus alunos direto para o mercado de trabalho, através do cadastro no SINE- Sistema Nacional de Empregos e do contato direto com empresários da região e através das prefeituras.

Devem, as fundações, no caso a fundação FALP, prestar contas aos Ministérios Públicos dos respectivos Estados, através de relatórios anuais contendo todas as informações sobre o destino dos recursos do PLANTEQ que foram repassado para a FALP. Além dos relatórios, são enviados, anualmente, também, por meio de um programa chamado (SICAP) Sistema de Cadastro e Prestação de Contas, instrumento utilizado na coleta de dados e informações, no velamento das fundações; informações sobre a mesma através das demonstrações contábeis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante do objetivo geral dessa pesquisa que foi de mostrar contribuição que a fundação FALP oferece a sociedade, ao transformar e reverter os recursos oriundos de programa federal, mais precisamente o PLANTEQ, esse estudo verificou a importância à abordagem e o conhecimento por parte da população acerca das atividades exercidas por entidades do terceiro setor e sua importância perante a sociedade.

Percebeu-se a importância do programa PLANTEQ, na disponibilização de recursos para custear a qualificação para sociedade e a forma de como são convertidos por parte da FALP, de forma transparente e eficaz. Todas as metas e exigências estabelecidas pelo programa federal são alcançadas pela Fundação, que reverte todo o repasse na qualificação profissional de pessoas de baixa renda e inserindo-os no competitivo mercado de trabalho.

Verificou-se que a parceria tem um grande papel social ao inserir todos os alunos no cadastro do SINE, para busca de oportunidades no mercado de trabalho, garantindo a 30% deles, a empregabilidade imediata após a conclusão dos cursos que são oferecidos pela fundação, nas mais variadas áreas de atuação.

Finalmente, concluiu que a fundação FALP contribui no processo de inserção no mercado de trabalho, de pessoas de baixa escolaridade e que talvez não conseguiriam se profissionalizar se não fosse por meio da oportunidade que a fundação oferece.

O presente trabalho buscou contribuir para sociedade, com as intenções de: Explorar através da Fundação Reverendo Ageu Lídio Pinto, o terceiro setor, que precisa ser mais conhecido pela população; Levar o entendimento sobre o PLANTEQ; Estudar a parceria entre FALP e PLANTEQ, com a finalidade de levar o conhecimento de como são revertidos os recursos repassados do programa de governo, por parte da fundação.

Como limitação da presente pesquisa, destaca-se a dificuldade na obtenção de informações relativas à prestação de contas do objeto de estudo ao Ministério Público da Paraíba, tendo em vista que não foi autorizada a consulta das demonstrações contábeis da fundação. Também, vale ressaltar, a dificuldade em saber quais são as atividades que as entidades do terceiro setor desempenham, uma vez que só é possível essa identificação por meios, como: pesquisas, entrevistas ou quando se está envolvido nessas entidades.

A pesquisa abordada sugere uma maior divulgação, tanto das ações das entidades do terceiro setor, como, também, dos programas governamentais voltados para qualificação profissional da população. Sugere-se, também, estudos mais aprofundados sobre as parcerias firmadas entre entidades sem fins lucrativos e os programas de governo, a fim de levar o entendimento à sociedade sobre como são revertidos os recursos empenhados nesses projetos.

ABSTRACT

The relationship between the state and federal government and the private foundations needs to be analyzed and discussed, in order to verify how the resources are converted to society. It's critical to understand how these firmed partnerships work. This paper seeks to contribute to the understanding of this problem. Therefore, the research focused the study on the partnerships firmed between the government program PLANTEQ and the Foundation Reverendo Ageu Lídio Pinto, from Campina Grande, aiming to show the contribution that the foundation FALP offers to society, by changing and reverting funds from the federal program, more precisely the PLANTEQ. The methodology adopted in this research was a descriptive and exploratory research, and it was also applied a questionnaire semi-structured to provide the answers that satisfy the proposed goal. After analyzing the data obtained from the studied foundation, it was possible to notice that the research indicates that this partnership contributes significantly to professional qualification through courses ministered in many different cities in the state of Paraíba, besides socially contributing with the inclusion of the alumni in the labor market. The research faced some limitations, in which are based some sugestions: a larger study concerning the third sector entities and their partnerships with the government programs.

Keywords: Third Sector. Foundations. Government programs.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade - Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997.

ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 333/2003. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-37-34-2003-07-10-333>>. Acesso em 06 maio 2014.

BAREA, Isabela Cristina. A importância da Contabilidades para o terceiro setor, especificadamente às associações: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). / Faculdade de Jaguariúna. Jaguariúna, 2008.

BASTO, Dau; SOUZA, Mariana e NASCIMENTO, Solange. **Monografia ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso: 05 Junho 2014.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS. Disponível em: <<http://www.terceirosetoronline.com.br/captacao-de-recursos/>>. Acesso em 05 maio 2014.

CARVALHO, Débora Nacif de. **Gestão e Sustentabilidade: um estudo multicasos em ONGs ambientalistas em Minas Gerais**. Orientadores: Prof. Ivan Beck Ckagnazanoff Prof. Allan Claudius Queiroz Barbosa. Belo Horizonte, 2006. 157 f. Dissertações (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, 2006.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CICCA, I. **Captação de Recursos: fontes distintas exigem estratégias diferentes**. Disponível em: <http://www.guiame.com.br/m5.asp?cod_noticia=254&cod_pagina=1082> . Acesso em: 05/05/2014.

EDUARDO, CARLOS. **Prestação de Contas e Controle Social no Terceiro Setor de Belos Horizonte: Uma análise sob as perspectivas Institucional e da Racionalidade**. In: XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, Anais, USP, 2009.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor. O Desafio de Administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999. 309p.

HUMBERTO, MATIAS. **Capacitação de recursos no Terceiro Setor Brasileiro: fatores estratégicos para divulgação de informações**. In: XXXV Encontro ANPAD, Rio de Janeiro, Anais, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.abong.org.br/ongs.php>>. Acesso em 09/06/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/rubrique0e6e.html?id_rubrique=47>. Acesso em: 04 mar. 2009.

IOSCHPE, Evelyn Berg et al. **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. In: III ENCONTRO IBERO- AMERICANO DO TERCEIRO SETOR. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2000.

MACHADO. Hugo de Brito. **Imunidade Tributária das Instituições de Educação e de Assistência Social e a Lei 9.532/97**. Imunidade das instituições de educação e de assistência social – inconstitucionalidade de dispositivo legal. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo, n. 30, p. 106, mar. 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTE, Tália Correia. **Parcerias entre ONG's e empresas: uma relação de poder. Um estudo de casos em Recife. 2004**. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2004.

MTE, 2012. **Qualificação Profissional**. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/pnq/>>. Acesso em 02 Junho 2014.

OLAK, Paulo Arnaldo. NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PATERNOSTRO, FISCHER. **Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas**. In: 27º Encontro ANPAD, Atibaia/SP, Anais, 2003.

PLANTEQ. Disponível em: <<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/servicos/qualificacao/planteq-1>>. Acesso em 10 Junho 2014.

PONTE, V. M. R. ; Oliveira, M C ; MOURA, H. J. ; BARBOSA, J. V. . **Análise das Metodologias e Técnicas de Pesquisas Adotadas nos Estudos Brasileiros sobre Balanced Scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006**. In: I Congresso ANPCONT, 2007, Gramado - RS. Anais do I Congresso ANPCONT. São Paulo: ANPCONT, 2007.

R.; C; MOURA, H. J. ; BARBOSA, J. V. . **Análise das Metodologias e Técnicas de Pesquisas Adotadas nos Estudos Brasileiros sobre Balanced Scorecard: um estudo dos**

artigos publicados no período de 1999 a 2006. In: I Congresso ANPCONT, 2007, Gramado - RS. Anais do I Congresso ANPCONT. São Paulo: ANPCONT, 2007.

REIS, Linda G. Produções de monografia: da teoria à prática. 2 ed. Brasília. Senac, 2008.

RENÓ, Maria Amélia Casonova; ZAMATARO, Mario Augusto Jaceguay; RONCONI, Otavio Augusto Kaiel. **Centro de apoio operacional das promotorias de Justiça das Fundações e do Terceiro Setor.** Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.fundacoes.mppr.mp.br/arquivos/File/CARTILHACAOPFUND.pdf>>. Acesso em 08 junho 2014.

ROSSONI, ONOZATO, ROSSI. **O terceiro Setor e o Empreendedorismo Social: Explorando as particularidades da atividade Empreendedora Social no Brasil.** In: 30º Encontro da ANPAD, Salvador/BA, Anais, 2006.

SANTOS, Iber de Souza Pancrácio dos; Félix, Rodrigo Gonçalves de Almeida; Carvalho, Tiago Davi Lage. **Gestão para a Sustentabilidade do terceiro setor: um estudo de caso comparativo entre duas organizações do terceiro setor da cidade de Itabirito-MG.** Orientadores: Profa. Denise Capuchinho Nonatos Prof. Tarcísio Cláudio Teles Passos. Itabirito, 2009. 70 f. Projeto Empresarial (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Administração de Itabirito, 2009.

SERGIO, CRUZ, SILVA. **Uso de Indicadores de Desempenho Pelo Terceiro Setor.** In: 28º Encontro ANPAD, Curitiba/ PR, Anais, 2004.

SINFRÔNIO, Ubiramar Pita. **Impacto de um curso de qualificação profissional na trajetória dos egressos: um estudo de caso no Planteq –PB.** A Barriguda. v.1, n.2, P. 10-11. 2011.

SZAZI, EDUARDO. **Terceiro setor: regulação no Brasil/Eduardo Szazi.** – 4º ed. – São Paulo: Petrópolis, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Fernanda Bittencourt; TEIXEIRA, Elenice Cacia. **Prestação e transparência das contas para entidades do terceiro setor: estudo aplicado às Associações de coletas seletivas de resíduos na cidade de Londrina.** In: 4º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, Florianópolis/ SC, Anais, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatório de pesquisa em administração.** 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.